

**Porto de Vitoria Companhia
Securitizadora de Creditos
Financeiros S.A (Anteriormente
Travessia Securitizadora de Creditos
Financeiros XXII S.A).**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos Auditores Independentes

Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A
(Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A).

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços Patrimoniais	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A); sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 13, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DocuSigned by:

Vinicius Stopa

6E8927A4038B413...

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Luis Philipe Camano Passos, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A); sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 13, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DocuSigned by:

Luis Philipe Camano Passos

2A2B0A1E470C437...

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A); sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 13, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DocuSigned by:

Camila M. Oliveira

37FF83D50942453...

Camila Maria Oliveira

Diretora de Securitização

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Thais de Castro Monteiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A); sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 13, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DocuSigned by:

Thais Monteiro

8416B82FAC1B401...

Thais de Castro Monteiro

Diretora de Compliance

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A)., inscrita no CNPJ/ME sob nº 40.997.635/0001-20, com sede à Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 44, sala 13, Itaim Bibi, CEP 04532-001 (“Companhia”) ; apresenta-lhes o presente Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações financeiras anuais e parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, auditado pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

1. Contexto Operacional

A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A) é uma sociedade por ações constituída em 25 de janeiro de 2021, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e demais leis brasileiras. A Companhia possui dois acionistas: a Travessia Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.264.237/0001-73 e o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.718.568-09, que além de acionista atua como Diretor Presidente da Companhia.

A Companhia tem como objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 (“Créditos Financeiros”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização

de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia se reuniu nas seguintes datas para:

- a) Em 13/07/2022, arquivamento de Jornal, outros de 09/06/2022. Publicou ATA AGO em 29/04/2022. Arquivamento do Jornal o DIA SP Impresso em 09/06/2022 da AGO 29/04/2022.
- b) Em 13/07/2022, arquivamento de Jornal, outros de 09/06/2022. Publicou ATA AGO em 29/04/2022. Arquivamento do Jornal o DIA SP Digital em 09/06/2022 da AGO 29/04/2022.
- c) Em 14/07/2022, Arquivamento de AGE, datada de 01/06/2022. ATA de Assembleia Geral Extraordinária. Alteração de outras cláusulas contratuais/ estatutárias: Deliberações; alteração da estrutura da administração da Companhia; alteração do artigo 21 do estatuto social da Companhia, e em decorrência desta alteração, a inclusão do artigo 25; consolidação contratual da matriz.
- d) Em 14/07/2022, Arquivamento de ARCA, datada de 01/06/2022. ATA de Reunião do Conselho da Administrativo. Eleição/reeleição/alteração dos dados cadastrais de Camila Maria Oliveira; Eleição/reeleição/alteração dos dados cadastrais de Thais de Castro Monteiro.
- e) Em 19/08/2022, Arquivamento de AGE datada de 15/08/2022. Ordem do dia. Exame e discussão a respeito da: (i) 1ª emissão de debêntures; (ii) autorização aos diretores da companhia para praticar atos necessários a realização efetivação da deliberação descrita acima; (iii) retificação de todos os atos já praticados pela diretoria da companhia relacionados a emissão e oferta restrita.
- f) Em 01/09/2022, arquivamento da escritura de debêntures emitida em 19/08/2022, com vencimento em 26/08/2025, nominativa, não conversível, sem preferência, com montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais); Aditamento registrado sob N: 4795-8/001 datada de 26/09/2022, 1º aditamento a escritura particular da 1ª emissão debentures simples, não conversíveis em ações, em serie única, da espécie quirografária, com instituição de patrimônio separado, para colocação publica com esforços restritos, da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A).
- g) Em 14/09/2022, Arquivamento de AGE, datada de 05/09/2022. Ordem do dia: Nos termos e condições previstos no estatuto social da companhia, apreciar e

manifestar-se sobre: (i) alteração da razão social da companhia para Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A. (ii) alteração do endereço da companhia.

2. Condições econômicas da Companhia em 2022

A Companhia não apurou lucros ou prejuízo no ano de 2022, a Diretoria informa que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo, conforme previsto na 1ª emissão de debêntures da Companhia.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e
- (iii) pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral.

O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Será distribuído, em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Emissão de Dívidas

A companhia emitiu debêntures no âmbito da “ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA COLOCAÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA PORTO DE VITORIA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A (ANTERIORMENTE TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXII S.A).”. cujo valor de principal corresponde à R\$100.000 (cem milhões de reais).

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

4. Projetos desenvolvidos

Atualmente a Companhia conta com a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, em série única.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o primeiro trimestre de 2023, a Companhia pretende focar na continuidade e estabilidade da 1ª Emissão de Debêntures e na prestação de serviços relacionados à operação de securitização visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Esclarecemos, por fim, que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A

DocuSigned by:

6E8927A4038B413...
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

DocuSigned by:

2A2B0A1E470C437...
Luis Philippe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A). (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

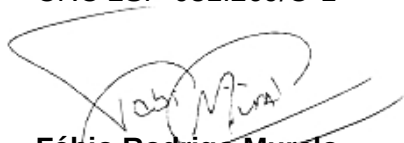
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

**A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos
Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de
Créditos Financeiros XXII S.A.)**

**Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	201	1
Adiantamento a fornecedores		8	-
Total do ativo circulante		209	1
Ativo não circulante			
Recebíveis	4	106.561	-
Total do ativo não circulante		106.561	-
Total do ativo		106.770	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A
(Anteriormente Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII
S.A.)

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		2	-
Outras obrigações	6	206	-
Total do passivo circulante		208	-
Passivo não circulante			
Debêntures	5.3	106.561	-
Total do passivo não circulante		106.561	-
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	1	1
Total do patrimônio líquido		1	1
Total do passivo e patrimônio líquido		106.770	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos
Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora
de Créditos Financeiros XXII S.A.)**

**Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Operacionais	10	6.562
Custo dos serviços prestados	11	(6.564)
Prejuízo bruto		(2)
Despesas operacionais		
Despesas Tributárias		(1)
		(1)
Resultado operacional		(3)
Receitas financeiras	12	3
Resultado financeiro		3
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(2)
Resultado do exercício		-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros
S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros
XXII S.A.)**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos iniciais		-	-
Integralização de capital	7.1	1	1
Resultado líquido do exercício		-	-
Saldos em 31 dezembro de 2021		<u>1</u>	<u>1</u>
Resultado líquido do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>1</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**A Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos
Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de
Créditos Financeiros XXII S.A.)**

**Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Atividades operacionais	31/12/2022
Resultado do exercício	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Juros sobre a carteira de créditos	(6.561)
Juros sobre as debentures	6.561
Prêmio das debêntures	2
Aumento/(redução) no ativo:	
Direitos realizáveis	(100.000)
Adiantamento a fornecedores	(10)
Aumento/(redução) no passivo:	
Obrigações tributárias	2
Outras obrigações	206
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(99.800)
Das atividades de financiamento	
Debentures	100.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	100.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	200
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	1
No final do exercício	201
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	200

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.)

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>
Receitas	6.562
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo dos serviços prestados	(6.564)
Valor adicionado bruto	(2)
Valor adicionado líquido produzido	(2)
Receitas financeiras	3
Valor adicionado recebido em transferência	3
Valor adicionado total a distribuir	1
Impostos Taxas e Contribuições	1
Impostos e contribuições	1
Remuneração do Capital de Terceiros	
Outros	
Remuneração do capital próprio	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	
Resultado do exercício	-
Valor total adicionado	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A (Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A) (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021 para aquisição CCB número 0001734745/HCS da HOLDING CODESA S.A., inscrito no CNPJ/ME sob o nº 45.024.766/0001-44. O Fluxo da CCB honrará os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures. Os recursos líquidos captados pelo Emitente por meio da Cédula serão utilizados para o (i) pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – CODESA (“CODESA”), no âmbito do Leilão nº 01/2022 – PPI/PND, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“Aquisição – Leilão CODESA”); (ii) um ou mais aportes de capital pelo Emitente na CODESA ou qualquer outra forma de transferência de recursos pelo Emitente para a CODESA (inclusive por meio de mútuo) para fins de (a) pagamento em recursos financeiros de bonificação da outorga para administração dos portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES (“Pagamento de Bonificação de Outorga”); e/ou (b) aquisição de precatórios pela CODESA para fins de utilização no Pagamento da Bonificação de Outorga; (iii) pagamento de outros custos, honorários, comissões e despesas relacionados à Aquisição – Leilão CODESA; (iv) reembolso de despesas relacionadas à Aquisição – Leilão CODESA; e (v) uso no curso normal dos negócios do Emitente e/ou da CODESA.

Foram emitidas 100.000 (cem mil) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil Reais), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Em 05 de setembro de 2022 a Companhia por meio da ATA da Assembleia Geral Extraordinária realizou a alteração da razão social para “Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A”.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 28 de março de 2023.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

A Companhia realizou em 26 de agosto de 2022 a aquisição de CCB, lastro da 1ª emissão de debêntures simples em série única, porém, até a presente data deste relatório não apresenta resultado operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-- **Continuação**

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-- **Continuação**

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i)** Custo amortizado;
- (ii)** Valor justo por meio do resultado;
- (iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i> (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (i)	200	-
Total	201	1

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Recebíveis

A CCB número 0001734745/HCS possui prazo de duração determinado de 3 (três) anos, com saldo principal de R\$ 100.000 (cem milhões de Reais). Insere-se no contexto de uma operação estruturada de securitização de créditos financeiros de responsabilidade do Emitente, que servirão de lastro à emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única,

a) Composição da carteira

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2022
Direito Creditórios - CCB's	100.000
(-) Atualização de juros	6.561
Total (i)	106.561

(i) As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

5. Debêntures

5.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de Reais) com a integralização de 100.000 (cem mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única.

Até o final de 31 de dezembro 2022 foram subscritas na totalidade às 100.000 (cem mil) Debêntures.

5.2. Características das debêntures

a) Remuneração

As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

b) Garantia

Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a Cessão Fiduciária de Cash Collateral da Conta Vinculada, Cessão Fiduciária de Bens e Direitos, Alienação Fiduciária de Ações da Codesa Porto (após aquisição do porto) e Fundo de Despesas.

5. Debêntures--Continuação

5.2. Características das debêntures--Continuação

c) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

5.3. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2022
1ª Emissão de certificados – série única	100.000
Juros emissão – série única	6.561
Total (i)	106.561

(i) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

6. Outras obrigações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o fundo de reserva totalizava R\$ 206.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

O capital social subscrito da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1.

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

7.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

8. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

9. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

9.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2022 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

10. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, as receitas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022
Receita de juros s/carteira de crédito	6.562
Total	6.562

11. Custos dos serviços prestados

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022, os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022
Prêmios a pagar	(2)
Juros debentures	(6.562)
Total	(6.564)

12. Receitas e despesas financeiras

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022, as receitas financeiras estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	3
Total	3

13. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro de 2022.

14. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A
(Anteriormente Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII S.A)
Notas explicativas da Administração às informações demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de 31 de dezembro de 2022.